

É MINHA LEI, É MINHA QUESTÃO¹: A COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”, O LIVRO “INFÂNCIA ROUBADA” E SEU PIONEIRISMO

IT'S MY LAW, IT'S MY QUESTION: SÃO PAULO STATE TRUTH COMMISSION “RUBENS PAIVA”, THE BOOK “INFÂNCIA ROUBADA” AND ITS PIONEERING SPIRIT

DOI 10.5281/zenodo.15118073

Caroline Rios Costa²

Resumo: Inserida dentro de um contexto de justiça de transição, a experiência do comissionismo no Brasil foi iniciada pela criação da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” em 2012. A comissão paulista foi não só a primeira comissão a surgir no país após a promulgação da Lei Nº 12.528/11, criada em fevereiro de 2012, como ficou conhecida por sua atuação engajada, aproximação com grupos historicamente engajados no tema da ditadura, como atingidos e familiares, como também se destacou pela inclusão de temas até então pouco analisados, como movimento de trabalhadores e infância. Deste último, a comissão foi responsável por um dos principais acervos existentes atualmente e de importância fundamental. Neste artigo, faremos uma breve análise sobre a CEV-SP e sobre a temática da infância em seus trabalhos.

Palavras-chave: Comissão da Verdade “Rubens Paiva”. Infância. Ditadura militar brasileira.

Abstract: Within the context of transitional justice, the experience of commissioning in Brazil began with the creation of the São Paulo State Truth Commission “Rubens Paiva” in 2012. The São Paulo commission was not only the first commission to emerge in the country after the enactment of Law Nº. 12,528/11, created in February 2012, but it also became known for its committed work, its closeness to groups historically engaged with the dictatorship, such as those affected and family members, as well as its inclusion of topics that had hitherto been little analyzed, such as the workers' movement and childhood. Of the latter, the commission was responsible for one of the most important collections in existence today. In this article, we will briefly analyze the CEV-SP and the theme of childhood in its work.

Keywords: “Rubens Paiva” Truth Commission. Childhood. Brazilian military dictatorship.

¹ Trecho da música “Sonho impossível”, lançada em 1974 e interpretada por Maria Bethânia.

² Doutoranda em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Email: carolriosc@gmail.com – Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8108-5063>.

Introdução

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (CEV-SP) foi uma das primeiras a surgir no país após a aprovação do projeto de lei da Comissão Nacional da Verdade (CNV), logo no começo do ano de 2012. Por ser um dos principais estados do país, acabou sendo um dos locais fundamentais do aparato repressivo empregado pelo Estado brasileiro, e as ações e resultados apresentados pelo grupo paulista se diferenciaram dos demais. Se o pioneirismo na abertura de outras comissões já não fosse importante o bastante, ela se destaca também pelo forte caráter público que assumiu, tanto durante seu funcionamento quanto na publicização de depoimentos, audiências e de seu relatório final. Com um número de páginas total quase tão grande quanto, na verdade até maior que o da própria CNV, a CEV-SP seguiu a orientação da “irmã mais velha” e selecionou grupos sociais que deveriam ganhar eixos temáticos e investigação especial.

Um destes grupos é o de pessoas que eram crianças e adolescentes durante a ditadura e que foram afetadas pelo regime. Como há uma variedade de interpretações sobre o que é considerado como atingido durante aqueles anos, ainda mais quando se aplica tal entendimento aos grupos das crianças, o denominaremos como

[...] crianças-filhas da resistência. Esta categoria incluirá todas as crianças [...] que por razões familiares, territoriais, de educação ou de filiação a uma igreja, se viram imersos na luta contra a ditadura e por imersos nos referimos à condição de estar submersos em um campo, campo cuja delimitação estava em mãos dos adultos que participavam da dita resistência e que, mesmo que quisessem, não teriam podido deixar ser filhos fora dessa incumbência. Crianças na qualidade de testemunhos, de vítimas, de companheiros, de objeto das intervenções ou de causa das organizações. Essas crianças-filhas, às vezes invisíveis mas presentes; às vezes mudos e ensurdecidos, resgatando as sobras do bom do mundo adulto para sobreviver, crescer e algum dia ter um papel mais ativo na mesma luta. (GALLARDO; CELIS, 2017, p. 120. Tradução livre)³

³ “[...] niños-hijos de la resistencia”. Esta categoría incluirá a todos los niños [...] que por razones familiares, territoriales, de educación o de adscripción a una iglesia, se vieron inmersos en la lucha contra la dictadura y por inmersos nos referimos a la condición de estar sumergido en un campo, campo cuya delimitación

Tal recorte não é percebido de maneira tão enfática em nenhuma outra comissão do território brasileiro. A infância enquanto eixo temático se tornou um dos grandes diferenciais da comissão paulista, sendo trabalhada não só através da perspectiva da maternidade, em que as mães são majoritariamente o sujeito, mas também através das próprias crianças.

O resultado desta iniciativa foi o livro “Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil”, lançado em conjunto ao relatório final e outros livros temáticos. Nele, o personagem principal, ou melhor, os personagens principais, são os adultos que tiveram seus nascimentos, infâncias e/ou adolescências durante os anos 1960 e 1980, e foram atingidos direta ou indiretamente pela repressão por serem membros de famílias militantes e de oposição. No livro, é abordada uma série de situações possíveis para quem estava do lado de cá da disputa, como exílio, clandestinidade, prisão, tortura, assassinato e outros.

Os esforços por trás de grande parte das comissões da verdade conhecidas é não só investigar as violações e os crimes cometidos pelo Estado contra sua população, mas também criar um apanhado sobre as memórias sobre aquele período, inclusive pela importância do direito à verdade. Tal questão aparece já em seus parâmetros fundamentais, seja dentro dos processos dessas comissões, como também de processos de justiça transicional. O acervo de testemunhos e narrativas compartilhados nas comissões servem de base para uma série de políticas de reparação que os países podem adotar, ou então podem servir como incentivos públicos e coletivos quando ainda não houve comissões.

estaba en manos de los adultos que participaban en dicha resistencia y que, aun queriendo, no habrían podido dejar a sus hijos fuera de esa incumbencia. Niños en calidad de testigos, de víctimas, de compañeros, de objeto de las intervenciones o de causa de las organizaciones. Esos niños-hijos, a veces invisibles pero presentes; a veces mudos y ensordecidos, rescatando los retazos de lo bueno del mundo adulto para sobrevivir, crecer y algún día tener un rol más activo en la misma lucha.”

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”

Um dos ganhos imensuráveis da experiência brasileira da Comissão Nacional da Verdade foi o fato de que sua criação impulsionou o surgimento de uma série de outras comissões da verdade por todo o país, gerando o fenômeno conhecido como comissionismo⁴. Em menor escala, elas surgiram nos estados, nos municípios, instituições públicas, universidades, assembleias legislativas e outros. Este acontecimento foi totalmente inédito se observado e comparado com as dezenas de experiências de comissões da verdade existente ao redor do mundo desde os anos 1970⁵.

Uma destas comissões surgidas após a lei 12.528/11 foi a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Seu pioneirismo se encontra no ponto em que ela foi a primeira deste tipo a surgir no país, antes mesmo da abertura oficial dos trabalhos da CNV, dando início ao processo de comissões em outros âmbitos. Foi a partir dela que a possibilidade de outras comissões, vinculadas ou não à nacional, se detendo em questões macro e gerais sobre todo o regime, com olhar especial para grupos específicos ou com um determinado recorte espacial, se tornou uma realidade. No território paulista, a comissão foi feita sob a ordem da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), através da resolução número 879, de 10 de fevereiro de 2012⁶. Logo no artigo 1º da resolução, já são indicadas algumas questões:

Fica criada, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, com a finalidade

⁴ “[...] o comissionismo pode ser descrito como um emaranhado amplo e frágil de redes institucionais. Entre as comissões subnacionais, mesmo as menores e com menos recursos, mostraram forte tendência a agir de modo independente, associando-se livre e diretamente a comissões parceiras.” (HOLLANDA, ISRAEL, 2019, p. 7).

⁵ A título de curiosidade, a listagem pode ser consultada em <http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/index.htm>.

⁶ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/2012/resolucao.alesp-879-10.02.2012.html>.

de efetivar, em colaboração com a Comissão Nacional da Verdade, o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado de Direito Democrático, em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no território do Estado de São Paulo ou praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, no período de 1964 até 1982, no território do Estado de São Paulo. (ALESP, 2012)

Neste trecho, é necessário destacar alguns pontos. O primeiro deles é a indicação de colaboração com a CNV desde o momento de sua criação, fator que teve resultados muito positivos para ambos os lados. Assim, não só fica demonstrada a possibilidade de trabalhos em conjunto, que de fato ocorreram, mas também que o padrão a ser seguido era o da CNV, mesmo que características próprias fossem somadas a isso.

O segundo ponto diz sobre o recorte temporal escolhido pela comissão, que mesmo fazendo alusão ao artigo 8º dos ADCT, marca que será estudado o período entre 1964 e 1982. Contudo, no capítulo 3 do tomo I do relatório final, é apresentado o contexto histórico das graves violações entre 1946 e 1988, do mesmo modo e com o mesmo recorte adotado pela CNV. Mesmo que haja a descrição dos antecedentes e contexto histórico, é fundamental perceber que foi feito um corte específico dentro do corte geral. Dos 42 anos abarcados pelo artigo 8º dos ADCT, são retirados 18 anos, e com isso, o foco temporal principal da CEV-SP é entre 1964 e 1982, demonstrando assim que o que lhes interessava era necessariamente a análise das violações e crimes cometidos durante os anos da ditadura, pela estrutura do Estado, no território paulista (mas também de forma secundária em outras localidades do país).

Os objetivos pretendidos pelo grupo paulista também eram iguais aos da CNV, mostrado páginas atrás. A CEV-SP foi composta por cinco membros efetivos indicados pela presidência da ALESP: Adriano Diogo (PT), Marcos Zerbini (PSDB), André Soares (DEM), Ed Thomas (PSB) e Ulysses Tassinari (PV)⁷. Além deles, foram designados cinco

⁷ Os partidos políticos de cada membro correspondem ao momento de funcionamento da comissão.

membros suplentes, cada um correspondente ao membro de mesmo partido político: João Paulo Rillo (PT), Mauro Bragato (PSDB), Estevam Galvão (DEM), Orlando Bolçone (PSB) e Regina Gonçalves (PV). Juntamente a esse grupo, existia uma assessoria composta por pessoas que participavam de outras comissões da verdade, familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos e pessoas ligadas à movimentos sociais, sendo eles: Maria Amélia (Amelinha) Teles, Ivan Seixas, Renan Quinalha, Ricardo Kobayaski, Thaís Barreto, Tatiana Merlino e Vivian Mendes. Deste total de dezessete membros⁸, apenas os cinco efetivos são designados pela resolução, que deveriam ser escolhidos por serem “[...] parlamentares identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos [...]” (ALESP, 2012). Por ter ocorrido dentro da Alesp e seus membros oficiais serem necessariamente parlamentares, o trabalho da comissão foi somado ao trabalho já existente de seus próprios mandatos de forma concomitante⁹. A data de abertura é a mesma da resolução que a criou em fevereiro de 2012, visto que entrava em vigor no dia de sua publicação. Os trabalhos deveriam encerrar em 31 de dezembro de 2014, mas após uma atualização, ficou estabelecido que seu fim se daria em 14 de março de 2015, pouco mais de três anos depois de seu começo. A presidência ficou a cargo do comissário Adriano Diogo, e durou por todo o tempo de funcionamento¹⁰.

Diferentemente da CNV, que possuía um grande grupo de pesquisadores para realizar as tarefas, a CEV-SP teve um número reduzido de *staff*, o que foi explicitado

⁸ Em nenhuma parte do relatório final ou na resolução de criação tem a descrição de todos os nomes que participaram da comissão, nos mais diferentes tipos. Os nomes aqui apresentados são aqueles que necessariamente constam em um ou mais tomos e livros do relatório final. O nome de Maria Carolina Bissoto aparece no artigo FERNANDES, Pádua. Direito, memória e justiça de transição: enquête com pesquisadores das comissões da verdade brasileiras. Na seção “expediente” do site da comissão, aparecem outros nomes com funções ou participações específicas, como a escritura do relatório, o 13º GT da CNV e outros. Disponível em <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/expediente.html>.

⁹ Nem todos mantiveram ambas as funções ao mesmo tempo, o presidente da comissão, Adriano Diogo, disse que “[...] desde que eu assumi a Comissão da Verdade eu congelei meu mandato.” SÃO PAULO (Estado). **Relatório - Tomo III - Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - 2013**. P. 1003.

¹⁰ No site da Alesp, há uma apresentação geral sobre os objetivos de uma comissão da verdade, o que foi a ditadura militar, a criação e organização da CEV-SP “Rubens Paiva”, seus membros, e links para a legislação de criação, os materiais produzidos e outros. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/comissoes/comissao-da-verdade/>.

por pessoas que trabalharam na mesma como um dos problemas enfrentados. Para eles, “O tempo de duração dessa Comissão foi de quase três anos, com uma equipe pequena de pesquisadores.” (FERNANDES, 2019, p. 23), “[...] acredito que a principal dificuldade foi o tempo exíguo para os trabalhos, combinado com o pequeno número de pesquisadores para efetuar-lo.” (FERNANDES, 2019, p. 23), e mesmo “[...] com a falta de estrutura material, de apoio político, de recursos humanos e de tempo para investigação mais detida.”(FERNANDES, 2019, p. 24).

Apesar disso, o trabalho realizado e entregue pela comissão destaca-se no rol das comissões existentes no país, sendo reconhecida como uma das melhores e mais completas. Seu projeto de publicização, o #VerdadeAberta, recebeu inclusive, em 2016, uma menção honrosa no Prêmio VivaLeitura, do Ministério da Cultura. Esta publicização ocorreu principalmente através dos perfis oficiais no Facebook, Twitter e Youtube, além do site¹¹.

Seu resultado final é dividido em quatro partes, apresentados como tomos, além de quatro livros. Os tomos são divididos em: I - Recomendações gerais e recomendações temáticas; II - Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985); III - Transcrições das audiências; e IV - Contribuições. Os quatro livros são: Infância Roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil; “Bagulhão”: A voz dos presos políticos contra os torturadores; Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985) e A condenação do Estado brasileiro no caso Araguaia pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Destes livros, três se apoiam parcial ou totalmente em documentos anteriores às comissões da verdade, sendo apenas um totalmente original. O livro “Bagulhão” traz um documento-denúncia feito em 1975 por 35 presos políticos; o Dossiê Ditadura é uma edição atualizada do dossiê de mesmo nome publicado anos antes; e o último é a sentença completa do caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil, ocorrido dentro da CIDH/OEA,

¹¹ Disponível em <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/>. Os links para os perfis oficiais também podem ser encontrados no site.

finalizado em 2010 e declarando o Estado brasileiro como culpado pela tortura, morte, desaparecimento e ocultação dos cadáveres de mais de 70 militantes daquela região durante os anos 1970. Contabilizando tudo, a CEV-SP apresentou pouco mais de 16 mil páginas, mais de quatro vezes o volume total referente à CNV e muito acima do produto final entregue por outras comissões equivalentes.

Os principais ganhos e valor desse corpo documental estão nos tomos I e III, o relatório final e a transcrição das audiências, respectivamente, e mais uma especificidade de seu pioneirismo é através do livro *Infância Roubada*. Em todo o material, quase não há “desperdício” de páginas com capa, contracapa, sumário e outros elementos pré-textuais e/ou pós-textuais em praticamente todos eles. Para se ter uma noção, só o tomo III tem pouco mais de 11.500 páginas com a transcrição de depoimentos de familiares, ex-presos políticos, atingidos, agentes da repressão e pessoas que fossem consideradas relevantes para os temas propostos pela comissão. Parte dessas audiências puderam também ser vistas em sua totalidade através do site ou do canal no Youtube. No tomo I, junto com os textos explicativos e trechos coletados nas audiências, há ainda imagens de documentos oficiais do Estado e de grupos sociais feitos durante a ditadura, mostrando assim uma espécie de comprovação ou ilustração concreta, através de provas, do que o leitor encontrou anteriormente. Assim, além dos papéis poderem ser encontrados e utilizados na base do site da comissão, o leitor também poderia ver alguns deles dentro do próprio relatório. Essa organização interna sempre incentivada por uma ampla publicização de trabalhos realizados e os princípios que os norteavam neste caminho ficaram evidentes na fala de um de seus membros assessores, Ivan Seixas, ao dizer que “A Comissão de São Paulo se afirmou no objetivo de dar voz às vítimas e a denunciar os crimes da ditadura. Outra característica foi sempre realizar audiências públicas, abertas e transmitidas pelo canal de televisão da Assembleia Legislativa ou via Internet.” (SEIXAS, SOUZA, 2015, p. 355).

Durante sua realização e após o seu fim, todo o material coletado e utilizado foi disponibilizado virtualmente através do projeto #VerdadeAberta, hoje no site oficial, e

uma versão física foi enviada para o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e para o Arquivo Nacional, a ser incorporado no acervo criado para a CNV.

Assim como os objetivos, outros elementos e características da experiência paulista foram espelhadas da nacional. De acordo com os padrões definidos pela CNV, mas também pelo próprio conceito de justiça de transição e de comissões da verdade reconhecidos internacionalmente, a “Rubens Paiva” também se deteve sobre as graves violações aos direitos humanos realizadas por ou a mando do Estado brasileiro. Mas ainda assim, foi possível investigar acontecimentos não tão nítidos ou facilmente reconhecíveis como graves violações. Casos mais subjetivos, elementos mais abstratos, fatos pouco conhecidos foram incorporados aos trabalhos e ao resultado final. Um dos exemplos é a aproximação da comissão com o Projeto Clínicas do Testemunho, do Governo Federal, que visava uma espécie de reparação psicológica à atingidos pela ditadura militar, incorporando inclusive nomes e relatos feitos para as Clínicas em suas pesquisas.

Alguns dos recortes propostos pelo grupo surgiram por decisão interna de seus próprios membros, não sendo vistos em outras comissões, nem mesmo indicados pela nacional, tendo ocorrido justamente o oposto. Uma destas temáticas “pioneiras” do trabalho paulista foi justamente a infância. Tal decisão foi fundamental quando se olha o panorama do que hoje se conhece sobre a relação entre infância e ditadura, especialmente quando há o fator de militância política e/ou repressão envolvido. Sem este acúmulo produzido, o tema teria ainda mais áreas nubladas e pouco conhecidas. Ademais, esta particularidade de São Paulo fica mais evidente quando pensamos que tal temática foi uma demanda trazidas por uma das assessoras e outras duas pessoas próximas ao grupo, todas elas ligadas à uma militância pessoal nos anos ditatoriais, sobre a memória daqueles anos e tocadas de maneira próxima por tal questão¹².

¹² “Agradecemos [...] especialmente Amelinha Teles, Crimeia Schmidt de Almeida e Dodora [Maria Auxiliadora] Arantes, que são responsáveis pela ideia original do livro.” (SÃO PAULO, 2014c, p. 316). As três mulheres foram militantes políticas organizadas, ex-presas e torturadas políticas, e mães de crianças nascidas pouco antes ou mesmo durante os anos ditatoriais, cujos filhos foram afetados diretamente pela

Ao notar tantas características próprias e destoantes em comparação com movimentos que ocorreram no mesmo contexto, fica aberta a possibilidade de uma hipótese que explique tal fenômeno. A hipótese possível para explicar o que a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” tem de diferentes das outras, seja da nacional como de outras existentes no país, o que a transforma em tão pioneira e tão destacada é o fato de que, primeiramente, em sua composição de membros fixos, há uma variedade de locais profissionais de origem. Se voltarmos a pensar na CNV, a sua formação majoritariamente de juristas e pessoas da área do Direito, e da relevância de seus nomes se pautar quase que estritamente às suas carreiras profissionais, dá uma cara e uma direção específica a ela. No caso de São Paulo, não só não houve esse predomínio, como também tinha em sua ficha técnica nomes de pessoas que carregavam em suas trajetórias profissionais uma grande diversidade, com formações acadêmicas como geólogo, médico, sociólogo, economista e outros, mas principalmente pessoais, as marcas da oposição à ditadura. O presidente da comissão, Adriano Diogo, foi um ex-presos político do regime, e durante a democracia, esteve ligado a questões de Direitos Humanos, o que por si só já seria capaz de traçar um caminho diferente.

Além disso, a presença de outros ex-militantes e presos políticos, assim como de familiares, foi crucial na guinada da experiência paulista. Enquanto na CNV, a questão de que “A escolha dos nomes passou a ser um grande problema, pois havia na lei a exigência de que não fossem pessoas atingidas ou envolvidas com os fatos a serem apurados. Isso queria dizer ex-presos, familiares de ex-presos ou de desaparecidos, assim como militares.” (SEIXAS, SOUZA, 2015, p. 350), em São Paulo foi o oposto. Por terem vivenciado a militância e a repressão de forma direta em suas vidas pessoais, e marcas destes anos continuarem em quem são e em como passaram a agir politicamente já sob um momento democrático, isto ajudou a trazer assuntos que

repressão. Há um depoimento de cada uma delas no livro *Infância Roubada*, ao fim do “capítulo” de seus filhos.

difícilmente ganhariam a mesma relevância para alguém que não teve isso como parte de sua própria vida.

Os familiares, mesmo que não sejam atingidos diretos da repressão, a partir do momento em que seus parentes eram mortos, se tornam desaparecidos, ficavam impossibilitados de contar e continuar na luta ou não tinham como se defenderem sozinhos, eram eles que se tornavam os portadores e porta-vozes destas histórias e memórias. No caso da sobrevivência dos parentes militantes, os familiares acabavam sofrendo também “por tabela”, por terem consciência do perigo enfrentado pelo militante. A grande maioria dos avanços empreendidos no país num caminho de memória, justiça, verdade e reparação teve presença ativa, se não fundamental e indispensável, desses familiares ao longo dos anos. A participação deles como membros de comissões da verdade indica que temas sensíveis e caros àqueles que carregam em si o que foi a repressão política, sejam levados à pauta e incorporados nos assuntos escolhidos para as investigações futuras.

Tal hipótese passa a ganhar um caráter mais real e possível quando se observa falas de seus membros. As audiências públicas feitas pela comissão, que eram uma das principais ações ao longo de sua existência, tinham por muitas vezes intervenção dos comissários e/ou assessores, fosse sobre a mesa na qual estavam, sobre a conjuntura política atual ou mesmo sobre a própria comissão, seu trabalho e suas trajetórias individuais. É assim que, em um destes momentos, Amelinha Teles, umas das assessoras, diz o seguinte:

Porque nós temos uma história, essa Comissão da Verdade, essa assessoria, além de ser muito família, é muito[sic] família atingida pela ditadura. Então ela é muito, é como organizar nossa própria história um pouco, pensando em organizar a nossa história. Como é que a nossa história vai ser, entrar nesse relatório da Comissão da Verdade. [...] Não tem como a gente separar. Eu sou aqui e aqui é a assessoria. (apud SÃO PAULO, 2014b, p. 2423)

O tema da infância e o livro “Infância Roubada”

Como adiantado, onde a infância ganhou seu lugar de destaque nos debates de memória e investigação de violações dentro do contexto das comissões da verdade foi em São Paulo, e que isso só ocorreu pela sugestão do tema pela membra Amelinha Teles, que havia sido uma militante e ex-presa política do regime. Logo, a proximidade pessoal com este tema, fosse por militar por processos de memória dos anos ditatoriais quanto por ter lidado pessoalmente com tal questão¹³, o tema acabou por surgir como uma das propostas a serem trabalhadas. Vale destacar que a importância de Amelinha neste momento derivava das diversas posições que ocupava ao mesmo tempo: o de ex-presa e torturada política, o de familiar (por ser mãe e tia de crianças atingidas pela repressão), e o de membra da comissão.

De forma similar à separação feita pela CNV, as crianças também apareceram na mesma divisão proposta para o capítulo sobre gênero, mais uma vez atrelando a infância à mulher, à maternidade ou ao cuidado feminino. Dos dezenove tópicos desta parte, apenas dois explicitam no título a ligação com a primeira idade, mais especificamente os tópicos 3 e 13, “Mulheres, prisão e crianças” e “Do sequestro de crianças”, respectivamente. O tópico 4, “Mães no exílio”, e 12, “Parto na prisão: diante da morte, a vida” também abordam, porém de maneira menos direta. Além disso, é citado de forma extremamente breve, em outros momentos do volume, a ocorrência de crianças indígenas torturadas e ou escravizadas¹⁴, o caso Celiberti¹⁵ dentro do contexto da Operação Condor, e de casos que envolviam indiretamente menores.

¹³ A título de curiosidade, Amelinha Teles é mãe de dois filhos que foram presos e testemunharam sessões de tortura, bem como utilizados como instrumento de tortura psicológica nos pais. Para além, sua irmã foi presa e torturada em estágio avançado de gravidez, e o sobrinho alvo de torturas antes e após o nascimento. Para além, o companheiro de sua irmã é um desaparecido da Guerrilha do Araguaia, e na família dele há crianças que viveram na clandestinidade por anos.

¹⁴ Todas as breves menções existentes são informações retiradas do Relatório Figueiredo. Publicado em 1967, o relatório é um documento de mais de 7 mil páginas, dividido em de 30 volumes, que relata uma longa série de crimes e violações de direitos humanos contra as populações indígenas no Brasil durante a ditadura militar. Durante muitos anos, acreditou-se que havia sido destruído, contudo, foi encontrado praticamente intacto em 2013. O relatório pode ser acessado através da base de acervo do Museu do Índio, ou em <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/5-1-ministerio-do-interior-relatorio-figueiredo/>.

¹⁵ O caso Celiberti diz sobre o sequestro de dois militantes uruguaios, Lílían Celiberti e Universindo Díaz, e os dois filhos de Lílían, Camilo e Francesca, então com oito e três anos respectivamente. Os adultos

Como grande parte das informações coletadas para além de documentos, a quantidade de narrativas e casos sobre essa “segunda geração” se deu através de depoimentos, realizados em audiências públicas. Para isso, foi determinada a realização de um ciclo de audiências feito exclusivamente para se ouvir e conhecer a histórias desses filhos e netos contados por eles próprios. Intitulado “Verdade e Infância Roubada”. Sua duração foi relativamente curta, de apenas duas semanas, em maio de 2013. Contudo, este foi um momento de forte mobilização de memórias pouco discutidas e com forte carga emocional. Ao longo dessa semana, foi possível desenhar elementos comuns, e o quão sintomático e representativo foi o nome escolhido para o ciclo, visto que segundo a explicação de Amelinha

E a gente sabe que o nome ‘Verdade e Infância Roubada’, a nossa infância foi roubada sim. Foi roubada pela ditadura. Foi roubada em um assalto. Foi roubada mesmo. É uma ação violenta dos militares querendo romper, querendo destruir a infância dessas crianças nossas. E todas as que nós ouvimos aqui a gente, umas são mais leves, outras são mais pesados os depoimentos, mas todas têm, a gente sente essa, ou fala dessa ausência, ou fala dessa violência. Então é muito forte. (apud SÃO PAULO, 2013b, p. 2424)

Ao se decidirem pelo tema e realização do ciclo, o objetivo era investigar a participação de crianças dentro das lutas entre repressão e militância, como pode ser notado em países vizinhos do Cone Sul. Ademais, também pretendia reunir depoimentos sobre esses sujeitos de acordo com o seu ponto de vista, tanto sobre o caso ocorrido na infância, como as consequências e continuidades subjetivas que permaneceram durante a vida adulta. A problemática da diferença de idade entre o

militavam no Partido por la Victória del Pueblo (PVP), e foram presos junto com as crianças na cidade de Porto Alegre/RS por agentes brasileiros e uruguaios dentro do contexto da Operação Condor. Este é o único caso de uruguaios sequestrados fora da fronteira nacional que sobreviveram, e um dos agentes envolvidos no sequestro da família, o inspetor e ex-jogador de futebol Orandir Portassi, foi por muito tempo o único brasileiro condenado pelas violações cometidas durante os anos da ditadura. Para mais, ver BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade: história de meninas e meninos marcados pela ditadura**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. P. 92-96.

momento do fato concreto e o do relato foi apontado pela própria comissão, assim como as nuances existentes. Para a CEV-SP, ainda na fala de Amelinha Teles,

É hábito, é uma cultura brasileira de que houve crianças vítimas da ditadura militar nos outros países, e, no Brasil, é como se essas crianças não tivessem sofrido nenhuma violência, nenhuma consequência dos atos da ditadura. E é interessante que, com o passar das décadas, porque nós vamos falar aqui, as crianças, hoje são pessoas com quase 50 anos ou mais, nós denominamos a audiência “Verdade e Infância Roubada”. E a gente, entre nós, falamos da audiência das crianças, mas na verdade essas crianças, hoje, estão por volta de 50 anos. Portanto, já se passaram quatro décadas da violação que elas sofreram, e quanto mais passa o tempo, nós temos percebido que mais fica forte, mais elas sentem essa violação. Parece que quando elas vão amadurecendo, elas vão sentindo essa dor, e essa dor aparece. Aparece na fala, no gesto, no interesse pela causa. De várias formas. (apud SÃO PAULO, 2014b, p. 6277)

Vários depoentes deixaram claro em algum momento de suas falas não só a representatividade do nome escolhido para a semana, como também a importância da própria iniciativa de escolha do tema e do método das audiências. A indicação de que acreditavam que aquele espaço, de fala e de escuta, era fundamental se tornou recorrente, com muitos comentando sobre o quanto achavam necessárias suas presenças ali e a existência deste espaço para que pudessem contar suas histórias sob sua própria ótica, o que os mobilizavam, e a liberdade na condução dos testemunhos.

Para colocar o ciclo em prática, a rede de contatos entre militantes e familiares foi fundamental para reunir os nomes levantados em um primeiro momento e que, posteriormente, vieram a contar seus relatos. Novamente, a hipótese de que a presença de assessores envolvidos com a militância e a memória foram um diferencial para o grupo paulista se mostra bastante crível. Tais testemunhos puderam ser coletados de forma oral e presencial, por escrito, ou recolhidos de modo privado. Ainda segundo Amélia,

[...] as nossas crianças, em um primeiro momento nós conseguimos levantar uns 58 nomes. Vamos ficar com 58 nomes, mas a gente sabe que tinha muito mais. [...] E aí, quando a gente entrou em contato com

essas 58 crianças, nem todas podiam, tinham disponibilidade de comparecer aqui para dar o seu depoimento. Algumas escreveram, como o Ariston, escreveu o seu depoimento. Hoje também teve a leitura de um outro depoimento escrito, que foi o da Rita de Cássia Resende, que é de Goiânia. E 38 crianças se dispuseram a falar. Eu não sei se nós chegamos há 38 essa semana. Não chegamos a 38. Mas 38 viriam aqui. (apud SÃO PAULO, 2014b, p. 2423-2424)

Como principal resultado do ciclo, foi editado o livro “Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil”, mantendo no título da obra o nome da semana. Lançado em novembro de 2014¹⁶, o livro possui o depoimento de 44 adultos (que foram crianças e/ou adolescentes durante a ditadura)¹⁷ membros de famílias militantes perseguidas pela repressão e que, direta ou indiretamente, também foram atingidas por serem filhos, netos ou outro tipo de relação familiar. Em boa parte deles, há, ao final, o depoimento da mãe ou do pai, dos quais muitos eram os sujeitos politicamente organizados e opositores ao regime. Contudo, por mais que haja os testemunhos dos pais adultos militantes, eles estão lá como uma espécie de apêndice ou complemento, mas não são o foco. O lugar de personagens principais é preenchido por aqueles que não eram considerados sujeitos plenos e sempre vistos como hierarquicamente inferiores por constituírem um “vir a ser”, as crianças dos anos 1960, 1970 e 1980 ditatoriais.

Em virtude de o foco de análise serem as crianças de famílias militantes, e com isso, acabou tendo uma predominância de casos urbanos, geralmente nos grandes centros, em núcleos escolarizados (já que boa parte dos pais era de alguma forma ligada ao ambiente universitário), isto não quer dizer que comentários ou relatos para além deste cenário não apareceram. Uma demonstração disso é a fala de Paulo Fonteles

¹⁶ Cf. <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=360061> e https://tvcultura.com.br/videos/32578_livros-129-infancia-roubada-tatiana-merlino.html.

¹⁷ Deste número, três depoimentos são feitos por mães falando sobre seus filhos (dois deles em função dos filhos terem morrido antes da data do testemunho), e um depoimento é feito por uma irmã. Nos quatro casos, as depoentes são mulheres já adultas no momento da ditadura relatando a história de terceiros que tiveram suas infâncias alteradas naquele período.

Filho¹⁸, cuja família é de Belém do Pará e foi membro da Comissão Estadual da Verdade do Pará¹⁹, que indica a existência de casos de crianças indígenas e camponesas igualmente afetadas pela repressão. Segundo ele,

Apenas agora nos debruçamos sobre a infância na ditadura militar e há um caminho extenso a percorrer. Tal caminho seguramente irá nos levar aos filhos de camponeses e crianças indígenas, além dos casos de filhos de militantes políticos, já bastante relatados. Há dois anos conheci Sebastião, ex-motorista do Inkra durante a Guerrilha do Araguaia, na cidade de Marabá. Tal pessoa relatou-me sua revolta ao lembrar que na Base da Bacaba havia uma ala de tortura apenas para crianças e jovens, filhos dos sertões naquele país profundo e desigual. (apud SÃO PAULO, 2014c, p. 219)

É importante destacar que, dos nomes levantados pela comissão, e que deram de fato seus testemunhos, nem todos acabaram fazendo parte do livro, assim como nem todos os relatos ali presentes foram feitos necessariamente durante a semana dedicada à infância. Vários destes filhos participaram também em audiências sobre seus pais ou outros familiares, recontando assim suas histórias mais de uma vez. Com isso, a quantidade de narrativas dadas é um pouco maior do que o que aparece no livro, já que não há nenhuma indicação nas fontes do número exato de pessoas ouvidas com este fim específico.

Outro ponto importante a ser levado em conta é que os depoimentos presentes no livro, tanto dos filhos quanto dos pais, são transcrições dos relatos concedidos nas audiências, de maneira privada, ou enviados de forma escrita. Em grande parte deles, há uma edição das narrativas, em maior ou menor grau. Isto se dá por uma série de motivos, podendo ser em virtude do tamanho ou da duração que a fala original teve e que não seria viável a transcrição completa, para retirada de marcas da oralidade,

¹⁸ Paulo Fonteles Filho era filho de Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima e Paulo César Fonteles de Lima, ambos militantes da AP. Em 1971, o casal foi preso em Brasília e levado ao DOI-CODI/DF, sendo torturados e mantidos presos por meses. No momento da prisão, Hecilda estava grávida de cinco meses de Paulo, e seu parto foi feito no Hospital da Guarnição de Brasília, em que sofreu violência obstétrica e tortura psicológica. Paulo possuía ainda um irmão mais novo que foi concebido durante o tempo em que os pais estavam presos. Paulo faleceu em outubro de 2017, vítima de infarto, aos quarenta e cinco anos.

¹⁹ Fonteles foi membro da CEV-Pará até o momento de sua morte, em 2017.

possíveis erros gramaticais e de concordância que aconteceram na hora do testemunho, pausas e interrupções (do próprio depoente ou de terceiros), a construção de um fluxo temporal ou narrativo com um sentido comum através de mudanças da ordem de questões levantadas e/ou comentadas, repetições ou ausências de informações e a retiradas das perguntas feitas pelos membros da comissão. Por mais que não seja indicado no livro, os testemunhos completos podem ser encontrados no tomo III do relatório, possibilitando ao leitor a comparação entre as versões completa e publicada, o que foi alterado e como se deu essa edição.

Neste sentido, cabe apontar que a forma como o material foi organizado entre sua versão “bruta” e o produto final demonstra também a maneira de como a própria comissão entende e se posiciona nos debates que são levantados. Assim, ao contrapor o conteúdo existente nos testemunhos completos do tomo III e sua variante no *Infância Roubada*, algumas diferenças ficam evidentes. Desconsiderando as mudanças feitas para corrigir erros, coloquialismos, repetições ou pausas naturais da oralidade, há alterações que acabam por modificar em certo sentido não só a forma, mas a entonação e a importância de determinado comentário. Como os relatos foram organizados em uma estrutura com ordem linear, progressão temporal e encadeamento entre os fatos narrados, isto por vezes apaga a característica não-linear da memória e da rememoração, além de criar uma cronologia e um ordenamento que não necessariamente é a mesma considerada subjetivamente por quem está narrando.

Apesar de que, como dito antes, a abordagem da infância no tomo I do relatório final poder ser considerada breve, pontual ou pouco aprofundada, a introdução do *Infância Roubada* aparece integralmente nele. Com isso, há uma clara indicação de que, por mais que naquele espaço específico o tema não apareça tanto, ele foi tratado com afinco e profundidade pelo grupo de comissários e assessores, tanto que teve como resultado um livro apêndice somente sobre esta questão. Como todos os documentos e relatórios produzidos estão disponíveis ao público e se localizam em um mesmo lugar, o acesso a quem se interessar é quase como um caminho natural, tanto ao livro, quanto

aos vídeos dos testemunhos, seu lançamento, entrevistas dos membros ou dos personagens sobre a construção e participação no projeto e outros aspectos.

Em seu prefácio, foi apresentado ao leitor o que este encontrará nas páginas seguintes, deixando entrever o diversificado espectro de situações que as crianças “atingidas” do título tiveram que lidar e vivenciar:

Seus pais sumiram de uma hora para outra. A espera durou uma noite, duas, um mês, um ano ou mais. Ninguém sabia quando, e se, voltariam. Mesmo com tantas dúvidas, não deveriam comentar nada com ninguém. Cresceram à sombra do medo, angustiados pela incerteza e expectativa de reaparecimento do pai ou da mãe ou de ambos. Viveram dias, meses, e depois, anos à espera deles. Privados de brincar com os pais, passear, ter um almoço em família ou receber ajuda numa lição. Muitos tiveram a vida consumida por esta dúvida, sem que afinal tivessem direito sequer a um esclarecimento oficial sobre o destino de seus pais, um processo que deixaria marcas indeléveis. O livro traz um olhar diferenciado sobre o período ditatorial no Brasil. É o olhar das crianças que tiveram sua Infância Roubada. [...] Mas receberam marcas profundas e particulares. (SÃO PAULO, 2014c, p. 9)

Para muitos, o momento do testemunho para a CEV-SP não era a primeira vez em que contavam suas histórias, mas sim mais um momento de rememoração dos fatos narrados. Seja através de depoimentos em outras comissões, participado de eventos sobre as memórias dos anos ditatoriais, ou feito isso de forma autônoma, o fato é que a grande maioria já havia feito o movimento de estar em um espaço público e aberto para darem seus pontos de vista sobre casos por vezes já conhecidos. Como quando tudo ocorreu todos eles eram necessariamente pessoas novas, independente de isto significar serem bebês, crianças ou adolescentes, ainda haveria fases de grande transformação pessoal e subjetiva, e com isso, as narrativas também ganhariam novos contornos. Levando em conta a jovialidade, a elaboração e processo de fala se deram na adolescência, no início da vida adulta e no auge da maturidade. É por isso que

É nos registros da rememoração e inclusão do passado na subjetividade do presente onde se podem ver os diferentes níveis e a multiplicidade de temporalidades envolvidas. Há um primeiro registro, que poderíamos chamar de “factual”: o momento histórico em que

ocorreram os fatos e o cruzamento com o momento biográfico e as temporalidades familiares intergeracionais. Sobre esse contexto, são gerados os diversos níveis ou camadas de memória e subjetividade [...] Na superposição destas camadas e em suas interações é onde se manifesta, então, a multiplicidade de temporalidade: o tempo biográfico do conteúdo do que se relata; tempo histórico em que ocorreram esses fatos; tempo histórico-cultural do testemunho (mudanças no tempo, consentimentos, silêncios). (JELIN, 2014, p 147-148. Tradução livre)²⁰

A questão de rememorar e reelaborar o que aconteceu com eles décadas antes é um dos pontos que aparece em uma série de testemunhos encontrados no *Infância Roubada*, tanto o ciclo quanto o livro. O documentário *15 filhos*²¹, de Marta Nehring e Maria Oliveira, é um destes momentos em que os sujeitos lembraram, criando eles mesmos um contraponto entre suas falas em 1996 e 2013. Para Edson Teles²², o ato de lembrar publicamente faz parte da construção de seu relato, quando em uma mesma fala, ele mobiliza seu testemunho fílmico em 1996, a versão escrita feita para a abertura de um processo judicial²³ e a fala para uma turma acadêmica no mesmo período (por volta de 2002) e após o doutoramento dele. Sobre isso, ele diz:

²⁰ “Es en los registros de la rememoración y la inclusión del pasado en la subjetividad del presente donde se pueden ver los diferentes niveles y la multiplicidad de temporalidades involucradas. Hay un primer registro, que podríamos denominar “fáctico”: el momento histórico en que ocurrieron los hechos y el cruce con el momento biográfico y las temporalidades familiares intergeneracionales. Sobre ese trasfondo, se generan los diversos niveles o capas de memoria y subjetividad [...] En la superposición de estas capas y en sus interacciones es donde se manifiesta, entonces, la multiplicidad de temporalidades: tiempo biográfico del contenido de lo que se relata; tiempo histórico en que ocurrieron esos hechos; tiempo histórico-cultural del testimonio (cambios en el tiempo, permisos, silencios).”

²¹ Produzido e dirigido por Marta Nehring e Maria Oliveira, o documentário de 1996 reúne 15 filhos de militantes políticos (as diretoras inclusas), e através de depoimentos deles, traça uma narrativa do que foi a experiência de serem filhos de militantes durante a ditadura militar. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bkTO6cS8hiQ&ab_channel=Armaz%C3%A9mMem%C3%B3ria.

²² Edson Luis de Almeida Teles é filho de Amelinha Teles e César Augusto Teles, ambos militantes do PCdoB. Em 1972, o casal foi preso e torturado; Edson e a irmã Janaina sequestrados e presos junto com a tia materna Crimeia (também militante do PCdoB), na época grávida. Já na Oban, as crianças presenciaram os pais após sessões de tortura e foram usados como instrumentos de tortura psicológica contra eles.

²³ O processo judicial ao qual Edson se refere é o caso Família Teles X Ustra. Edson, a irmã Janaína, a mãe Amelinha, o pai César e a tia Crimeia entraram com um processo na esfera civil contra o ex-comandante do DOI-Codi/SP Carlos Alberto Brilhante Ustra. Após alguns anos de processo, em 2012 o militar foi condenado culpado pelos crimes de sequestro, prisão e tortura dos cinco membros da família, e oficialmente considerado torturador pela justiça brasileira. O caso é emblemático pois foi o primeiro do tipo no Brasil, além do reconhecimento de Ustra enquanto torturador do regime. Para mais, ver https://www.conjur.com.br/2008-out-09/coronel_brilhante_ustra_responsabilizado_torturas e

Então foi a primeira vez que eu sentei para escrever esta história. E mesmo assim, você escrever né, quer dizer, você digitar num computador uma história que eu não conseguia nem falar [...] A primeira vez que eu falei essa história, foi num curso de pós-graduação quando eu estava fazendo mestrado [...] E eu fiz um trabalho analisando um vídeo do Documentário Quinze Filhos. Que eram 15 crianças na época da ditadura que davam depoimentos nesse documentário e aí acabei falando sobre a minha história. [...] Então, falar sobre esse assunto causa, hoje menos, mas causa muito constrangimento em quem ouve e esse rosto constrangido e machucado porque essa história machuca as pessoas, também rebate em mim então isso causava constrangimento em mim também de contar essa história. (apud SÃO PAULO, 2014B, p. 1568-1569)

O ato de já terem falado sobre o que lhes aconteceu (ou o que aconteceu com suas famílias) é um traço recorrente ao longo das audiências que compuseram o ciclo e que foram transpostas pra o livro. Neste panorama, alguns destes momentos receberam um maior enfoque por terem representado um período marcante na maneira como lidam com tais questões. O marco que o filme *15 filhos* representou se encontra também na relação das pessoas que fizeram parte dele com suas próprias histórias pessoais e familiares, sendo um ponto focal nesses sucessivos processos de rememoração, mas também para quem não esteve envolvido no projeto, mas se percebeu com trajetórias similares àquelas que são narradas.

Um exemplo desta gama de vetores atravessados e tópicos mobilizados pode ser visto no discurso de Marta Nehring²⁴, que coincidentemente, foi a responsável pelo filme. Para ela,

<https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/08/Jana%C3%ADna-v.-Ustra-Apela%C3%A7%C3%A3o-Civil.pdf>.

²⁴ Marta Nehring é filha de Maria Lygia Quartim de Moraes e Norberto Nehring, ambos militantes da ALN. Norberto foi preso e morto sob tortura em abril de 1970 em São Paulo, e enterrado em uma vala comum no cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Alegou-se que a morte teria sido na verdade um suicídio. Após exumação e reconhecimento genético, os restos mortais de Norberto foram devolvidos e enterrados no jazigo da família. Marta foi exilada junto com sua mãe em Cuba, França e Chile.

[...] Os 15 Filhos foi legal porque ele foi à primeira etapa. Eu comecei falando aqui para vocês o que a dor, o trauma, o buraco. Mas os 15 Filhos foi o primeiro momento para descobrir quem a gente era porque, na verdade, eu não sabia quem... Eu digo, eu não sabia quem a gente era. Eu sabia o que eu era, mas também não sabia. Se aquilo que eu tinha vivido era porque eu sou assim, ou se porque a história foi daquele jeito. [...] Quer dizer, onde era a minha identidade? Onde estava eu e onde estava a história? O que era meu e o que era da história? O 15 Filhos ajudou. Eu acho que foi o primeiro passo para mim e acho que para quem participou, para quem assiste que não participou, para tentar entender que a gente, apesar de não sermos ativo na história [...] "Ok, eu não estou mais sozinha. Eu faço parte desse grupo. Essa é a minha turma". E vocês lembram não é, Telma [Lucena]? Gente ficou tão feliz juntos, só sorridentes ali. Mas é verdade, a gente deu um alívio assim, "Ufa", "Não estou sozinha", "O pesadelo acabou". Pelo menos a gente tem os amiguinhos assim. (apud SÃO PAULO, 2014B, p. 2395-2396)

Como estes sujeitos nunca foram enxergados propriamente como atuantes nas histórias da repressão e das memórias da ditadura, justamente por esse papel de “coadjuvante”, a percepção de que suas histórias podiam e muitas vezes eram parecidas, ou tinham elementos similares, se deu em diversos momentos. Assim, não só os próprios casos de suas famílias, mas também as consequências disso em suas individualidades têm essa marca do semelhante, de algo que se identifica no outro, e é por isso que outro filho, José Paulo Ramos, diz “[...] eu acho que tem algumas semelhanças nos casos, que a gente vem crescendo e criando essa mentalidade.” (apud SÃO PAULO, 2014B, p. 1262)²⁵. O reconhecimento em outro se dá ao analisarem seus passados, e ao elaborarem e se posicionarem em suas vidas adultas com questões advindas das décadas anteriores.

Em virtude de suas trajetórias pessoais serem extremamente atípicas e particulares, e desde muito cedo profundamente envolvidas com o ambiente e o debate

²⁵ José Paulo de Luca Ramos é filho de Derlei de Luca e Nilo Ramos, e nasceu em 1972. Ambos os pais eram militantes. Quando José nasceu, Derlei estava na clandestinidade e precisou se exilar, deixando o filho no Brasil sendo cuidado por uma série de pessoas e famílias até se reencontrarem em Cuba, em meados de 1974.

político, muitos desses filhos tiveram uma formação política informal (não vinculada a partidos ou organizações como seus parentes), mas com profundas raízes que permaneceram até suas vidas adultas. Se sua participação no panorama geral dos anos militares passou muitas vezes totalmente despercebida, isto está intimamente ligado ao formato de abertura, transição política e justiça transicional ocorrida no país. Somando-se, houve o fato de que diversos deles tiveram e têm que lidar até hoje com o desconhecimento ou a inconclusão do que aconteceu com seus familiares, ou uma militância pessoal ligada a questões de memória e direitos humanos. A forma como aprenderam os conceitos e fundamentos da teoria e ação política se capilarizaram e se transformaram na mesma proporção que suas próprias individualidades se complexificaram com o passar do tempo. Logo,

[...] a experiência posterior – com mais informação e com uma distância temporal considerável – os permitia reinterpretar e dar novos sentido ao vivido, ainda que não de maneira inequívoca. Estas buscas de sentido posteriores variam segundo as etapas do curso da vida, o tempo biográfico. (JELIN, 2014, p. 144. Tradução livre)²⁶

Um desses tópicos recorrentes nos discursos das crianças atingidas, hoje adultos, é a maneira como o país lidou, e ainda lida, com seu passado autoritário, as memórias da resistência vs. a memória do senso comum e a condução de políticas de justiça de transição no país. O tom é sempre de crítica, por vezes fazendo paralelo com países vizinhos que se relacionaram melhor com as memórias e o passado recente, ou então apontando questões que o Brasil deveria ter cumprido, se aprofundado ou mesmo implementado, mas que não o fez. Este tipo de discurso apareceu mais nitidamente e com mais constância em casos de parentes de desaparecidos políticos, em virtude da própria inconclusão da situação, mas isto não impediu que tais comentários também

²⁶ “[...] la experiencia posterior –con más información y con una distancia temporal considerable– les permitía reinterpretar y dar nuevos sentidos a lo vivido, aunque no de manera unívoca. Estas búsquedas de sentido posteriores varían según las etapas del curso de vida, el tiempo biográfico.”

estivessem presentes naqueles que não passaram por experiências familiares de morte e/ou desaparecimento político.

As reparações simbólicas e de outros tipos, relacionadas a projetos de memória e verdade, são partes da fala de Virgílio Gomes Filho²⁷. Para ele, que quando criança foi preso e exilado, além de ser filho de um desaparecido político, uma necessidade que perpassa o modo como elaborou sua trajetória é exatamente a crítica de como o processo transicional ocorreu.

Eu acho que o mais importante agora é dar continuidade nesse processo de resgate da verdade, memória, tomar o exemplo de países como Argentina, Chile e Uruguai que conseguiram colocar no banco dos acusados aqueles que são responsáveis por tantas mortes, tantas torturas. É algo que temos que exigir, é impossível aceitar pessoas que mataram ocupem cargos públicos, sejam exemplos de cidadania, para gerações e gerações. Isso é ultrajante, humilhante e inaceitável. E usando da mentira, da amnésia que a história brasileira tem a respeito desse período. (apud SÃO PAULO, 2014c, p. 77)

Parte das críticas feitas pelos filhos ao modelo brasileiro pós-ditadura, seja ela jurídico, institucional, político ou outro, é uma espécie de consequência de uma “politização precoce”. A ideia que as estruturas repressivas de diversos países do Cone Sul tinham, inclusive o Brasil, de que as crianças de famílias militantes poderiam e seriam doutrinadas pela esquerda, que seguiriam os passos de seus pais e parentes militantes de certo modo não ficou muito longe do que de fato aconteceu na vida adulta dessas crianças. O combo de terem sido alvos, diretos ou indiretos, da repressão e a formação política de dentro de causa fez com que muitos nomes dessa segunda e/ou terceira gerações tomassem para si um forte pensamento crítico e atuação engajada. As redes de contato que possibilitaram os nomes convidados para as audiências também estão

²⁷ Virgílio Gomes Filho (Virgilinho) é o segundo filho (de um total de 4 crianças) de Ilda Martins da Silva e Virgílio Gomes da Silva, ele dirigente da ALN. Em 1969, Ilda, Virgilinho, Vlademir (o mais velho) e Maria Isabel (a mais nova) foram sequestrados, presos e foram testemunhas de torturas, inclusive a tortura feita ao tio paterno Francisco. As crianças passaram pela Oban, Dops e Juizado de menores, onde ficaram meses. Após a soltura, Ilda e as quatro crianças viveram anos no exílio em Cuba. O pai Virgílio é um desaparecido político.

ligadas a este aspecto, já que muitos se conheceram através de coletivos de memória, partidos políticos, movimentos sociais e outros espaços. Quando não se conhecem diretamente, conhecem alguém em comum que acaba por fazer esta ponte.

Neste mesmo sentido se encaminha a fala de Clóvis Petit²⁸. Após perder três irmãos que participavam da Guerrilha do Araguaia em menos de dois anos, dos quais dois ainda seguem desaparecidos até hoje, a dificuldade de aceitar o pouco avanço feito sobre as investigações de crimes cometidos e a manutenção de partes do sistema burocrático-institucional da ditadura é clara. Para ele, não há só uma resistência em acatar a forma como o Brasil conduziu isto do ponto de vista objetivo, como também do ponto de vista subjetivo e individual. Se do ponto de vista pessoal, sempre houve conflitos internos sobre isso, externamente foram acentuados após sua participação no longo processo judicial empreendido por familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia contra o Estado brasileiro. Diz ele:

Eu passei por esse momento de revolta e vou dizer que não acabou. Tenho revolta ainda hoje. E muita. Principalmente quando vemos como essa política está sendo desenvolvida, dissimulada, de não enfrentar a questão da punição aos torturadores, aos assassinos. Estão todos aí na máquina pública. Quando o poder atual diz “Isso é só questão de justiça”, estou esperando que o STF julgue a questão da anistia, que o Judiciário faça as punições e o Executivo fica aguardando, esperando que a justiça tome as suas providências. Não é bem assim. [...] Quer dizer, até hoje nem sequer esse probleminha, que seria um problema administrativo, um problema de moralidade, nem isso se cumpre, quanto mais a justiça. (apud SÃO PAULO, 2014c, p. 251)

Se para alguns, como Virgílio e Clóvis, a discordância com alguns dos critérios fundamentais que uma política de justiça de transição deveria cumprir é uma questão importante, mas que ainda assim, são capazes de serem elaboradas individual e

²⁸ Clóvis é filho do segundo casamento de Julieta Petit e o mais novo de cinco irmãos, sendo eles Lúcio, Jaime, Laura e Maria Lúcia; os quatro Petit mais velhos eram militantes do Pcdob. Três deles, Maria Lúcia, Jaime e Lúcio participaram da Guerrilha do Araguaia, e morreram em 1972, 1973 e 1974 respectivamente. Em 1996, a ossada de Maria Lúcia foi encontrada, identificada e devolvida à família, sendo um dos poucos casos de retorno dos restos mortais. Os irmãos Jaime e Lúcio são desaparecidos políticos.

coletivamente. Contudo, nem sempre a rejeição ao modo como o Estado e a sociedade brasileiras leram o passado autoritário recente, e bloqueios em processar as violações e rupturas são possíveis. Em certos casos, a dissonância entre uma coisa e outra é tão intensa que o resultado é irreversível. Para Carlos Alexandre Azevedo²⁹, preso e torturado quando bebê, as marcas possuíam tamanha profundidade que ele não foi capaz de lidar com ela, e acabou cometendo suicídio em fevereiro de 2013. Em virtude de sua morte prematura, coube a sua mãe o papel de testemunhar para a CEV-SP sobre o que ocorreu com o filho. Sobre isso, sua mãe Darcy diz que “Em 2011, quando o Cacá recebeu a indenização do Estado, ele falou claramente de como se sentia, que não se adaptava. Acredito que ele lutou muito para poder conseguir se inserir nessa sociedade, mas não conseguiu.” (apud SÃO PAULO, 2014c, p. 302)³⁰.

A realização de uma comissão da verdade, mesmo que tardiamente, e a inclusão de uma temática tão pouco estudada no Brasil quanto a infância dos anos ditatoriais foi um importante avanço e um ganho indubitavelmente expressivo nas políticas de memória e verdade, como também uma forma de ampliação do conhecimento e debate público sobre o período. Porém, o preço da reconciliação extorquida ocorrida no Brasil foi um silêncio e um esquecimento forçado, quase uma ausência de memória coletiva na sociedade brasileira sobre o lado violento da ditadura. Isso acabou por ser mais um ponto dentro de uma miríade de questões que compuseram a subjetividade e a individualidade dessas crianças ao longo de suas vidas.

Tal rachadura fica perceptível no discurso de Luis Carlos Max do Nascimento³¹, que foi preso, fichado como “elemento menor subversivo” e terrorista, e banido do país

²⁹ Carlos Alexandre (Cacá) Azevedo era filho de Darcy Andozia e Dermi Azevedo, ambos militantes ligados ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Em janeiro de 1974, o casal e Cacá foram presos com horas de diferença. O bebê foi agredido, e presos políticos contaram ao casal que Cacá teria sido torturado com choques elétricos, fazendo dele talvez o mais jovem torturado da ditadura militar, com apenas um ano e sete meses. O menino desenvolveu uma série de questões, como depressão aguda, ansiedade e fobia social em função das violências sofridas. Cacá se suicidou em fevereiro de 2013, aos quarenta anos.

³⁰ Ainda em vida, tal postura já podia ser percebida em entrevistas e falas de Carlos Alexandre, como nesta entrevista de 2010 https://istoe.com.br/46424_A+DITADURA+NAO+ACABOU+/.

³¹ Luis Carlos Max do Nascimento é neto de Tercina Dias de Oliveira, militante da VPR. Em 1970, Tercina, Luis, a irmã Zuleide e os primos Samuel e Ernesto foram sequestrados e presos. As quatro crianças

junto com sua irmã, um irmão de criação e um primo, todos entre 2 e 9 anos de idade. A diferença entre a história narrada nos livros e no senso comum e aquela percebida pelos seus olhos e de seus irmãos se configurou como uma das alterações provocadas em sua individualidade como consequência do aparato repressivo do Estado brasileiro imposta à sua família. Nesta lógica,

[...] nos livros, nas escolas, as crianças não sabem que isso aconteceu. Eu e minha irmã, assim como muitas outras crianças, somos a prova viva do que realmente aconteceu. Fisicamente as coisas vão se apagando, [...] Mas temos que ir levando as memórias para o futuro[...] também queremos falar sobre isso todos os dias para que isso nunca mais aconteça. (apud SÃO PAULO, 2014c, p. 137)

Já no momento de instalação das comissões da verdade, durante o andamento de seus trabalhos, e principalmente no contexto de entrega dos relatórios finais e resultados, podia ser percebida uma crescente polarização política e embates ideológicos, inclusive contestando as comissões e pedindo o retorno da ditadura militar. Se o próprio fator da reconciliação extorquida promovida pelos processos de abertura, anistia e transição nos anos 1970 e 1980 teve como resultado no longo prazo um crescente movimento revisionista e até mesmo negacionista, para as pessoas que trazem as marcas da ditadura em si, isto é um tema mais que sensível. Relacionando-se ao tema da infância, Ernesto Carvalho³² diz o seguinte:

Então, essa questão de a gente ter a infância roubada, a gente continua tentando, uma parte da nossa vida roubada nessas agressões que no campo ideológico você assimila bem, porque a gente continua, as forças que deram o Golpe Militar em 1964 continuam com forças. Agora, do ponto de vista pessoal, é um desgaste enorme, você ouvir um cara como o Lobão que na minha geração foi muito ouvido, contestador e etc. [...]

passaram por diferentes instituições do aparato repressivo, como Dops/SP, Oban e o Juizado de menores, sofreram agressões psicológicas, e Samuel também sofreu agressões físicas. As crianças e a avó foram trocadas pelo embaixador alemão e banidas do país, se exilando em Cuba.

³² Ernesto José de Carvalho é filho de Pedrina José de Carvalho e Devanir José de Carvalho. O pai e os três tios paternos, Daniel, Joel e Derly militaram no PCB, no PCdoB e fundaram a Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB. Em abril de 1971 em São Paulo, Devanir foi preso e assassinado sob tortura, e Pedrina foi presa. Em julho de 1974, os tios Daniel e Joel foram assassinados em Foz do Iguaçu/PR. Ernesto foi exilado no Chile, Argentina e Portugal com a mãe e o irmão. O pai Devanir e os tios Daniel e Joel são desaparecidos políticos.

e você ouvir um cara dizendo um absurdo desse, então do ponto de vista pessoal é uma coisa muito trágica. (apud SÃO PAULO, 2014b, p. 1977)

Para sintetizar o que significou e o que segue significando ser filho dentro de um contexto de resistência e repressão ditatorial, duas destas inúmeras filhas e crianças tentaram explicar. Enquanto Marta diz que “Eu nunca senti que estivesse fazendo crimes contra mim. Eu sentia que eu vivia num contexto de uma luta, e eu era uma lutadora mirim. Não tenho a menor dúvida disso. Eu tava na trincheira com três anos, quatro anos, cinco anos, né” (ADRIANO DIOGO, 2013, 0”27’-0”41’), Ñasaindy Barrett³³ deixa explícito que “A vida clandestina ela te leva à vida marginal. É uma vida que não permite que você seja... se autorize da sua própria identidade. Ou seja, você tá sempre numa pendência.” (ADRIANO DIOGO, 2013, 0”42’-0”57’).

Muito foi tirado ou intensamente alterado de pessoas que não tinham nada a ver com a conjuntura em que o país estava vivendo, mas que ainda assim se viram envoltas nas disputas entre a defesa das liberdades pretendida pela oposição e o controle com o braço armado do Estado. O fato de serem crianças em nenhum momento impediu que qualquer uma das situações violentas e complexas acontecessem com eles, tendo inclusive isso sido usado como fator de justificativa para o que foi feito com elas. Graças às comissões, o reconhecimento do que lhes ocorreu se estendeu também ao Estado enquanto aquele que o causou e aquele que pretende criar bases necessárias para que isso não se repita. Com ou sem a participação institucional burocrática, a inserção de suas vozes foi fundamental para a pluralização e a observância de aspectos até então pouco estudados e analisados acerca da última ditadura militar brasileira.

³³ Ñasaindy Barrett de Araújo é filha de Soledad Barrett Viedma e José Maria Ferreira Araújo, ambos militantes. Ñasaindy foi deixada ainda bebê em Cuba a cargo da organização quando seus pais, um a cada vez, retornou para o Brasil. Seu pai foi preso e assassinado sob tortura em 1970. A mãe volta em 1971, e aqui se envolve romanticamente com o agente duplo conhecido como cabo Anselmo, que a delatou. Soledad foi assassinada no chamado “Massacre da Chácara de São Bento”, em 1973. Segundo pesquisas da CNV, Soledad estava em estágio avançado de gravidez no momento de sua morte. Ñasaindy foi adotada por Damaris Lucena e permaneceu em Cuba até o retorno da família Lucena ao Brasil. José e Soledad são desaparecidos políticos.

Considerações finais

A criação da CNV e o desenvolvimento do comissionismo no Brasil representou um avanço significativo no processo brasileiro de justiça de transição, bem como nas políticas públicas sobre memória, verdade, justiça e reparação. Nessa grande rede de comissões que surgiram, uma que se destaca é a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, a primeira de seu tipo e com um trabalho amplamente reconhecido.

Em função de sua composição incluir pessoas cujas trajetórias pessoais tinham ligação com os tempos da ditadura ou movimentos por memória, verdade, justiça e reparação, a CEV-SP selecionou temas e aspectos não vistos em outras comissões, ou que foram adicionadas em outras comissões após a escolha feita pelo grupo paulista. Um destes temas em que a comissão foi pioneira é o da infância, que até então não havia tanta documentação sobre e poucos estudos no Brasil.

Aliados a ferramenta da coleta de testemunhos, dezenas de sujeitos que tiveram suas infâncias durante a ditadura militar, especialmente aquelas que vinham de famílias militantes, foram convocadas a contarem publicamente suas histórias, que posteriormente foram reunidas no livro *Infância Roubada*. A publicação dessa obra, além do acervo documental produzido pela CEV-SP, hoje compõe uma importância significativa sobre a relação entre infância e ditadura militar brasileira, e ajudaram de modo significativo a firmar o tema na infância nos debates, acervos e estudos futuros sobre o período.

Referências

ADRIANO DIOGO – DIREITOS HUMANOS. **Comissão da Verdade debate pessoas que tiveram a infância roubada durante o Regime Militar**. Youtube, 22 de maio de 2013. 4min11s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9KYbF9n-pjY&ab_channel=AdrianoDiogo-DireitosHumanos. Acesso em: 23 jul. 2024.

ALESP. **Resolução 879, de 10 fevereiro de 2012.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/2012/resolucao.alesp-879-10.02.2012.html>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FERNANDES, Pádua. Direito, memória e justiça de transição: enquete com pesquisadores das comissões da verdade brasileiras. **InSURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais**. V. 4, n. 1, p. 12-55, 20 dez. 2019.

GALLARDO, Patricia Castillo; CELIS, Alejandra González. Niñez en dictadura: lo filiativo como espacio de resistencia. **Revista de Geografía Espacios**. V. 3, n. 6, p. 117-131, 2013.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre os novos sentidos de legitimidade e representação política. **Revista de Sociologia e Política**. V. 27, n. 70, p. 1-21, 2019.

JELIN, Elizabeth. Las múltiples temporalidades del testimonio: el pasado vivido y sus legados presentes. **Clepsidra - Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria**. Nº 1, p. 140-163, mar/2014.

SÃO PAULO (Estado). *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, Relatório - Tomo I: Recomendações Gerais e Recomendações Temáticas*. São Paulo: Alesp, 2014a.

SÃO PAULO (Estado). **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, Relatório - Tomo III - Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - 2013**. São Paulo: Alesp, 2014b.

SÃO PAULO (Estado). **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Alesp, 2014c.

SEIXAS, Ivan Akselrud; SOUZA, Silvana Aparecida. Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil. IN: **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 20, n. 39, p. 347-364, jul-dez/2015.

Recebido em novembro de 2024
Aceito em dezembro de 2024